

# ADMINISTRAÇÃO

SASSOM

## Projeto permite volta de servidores e cobrança de coparticipação

Serviço de saúde que presta atendimento aos servidores municipais de Ribeirão Preto perdeu mais de mil contribuintes nos últimos quatro anos

DA REDAÇÃO  
redacao@jornalribeirao.com.br

O governo Ricardo Silva (PSD) planeja promover suas primeiras mudanças no Sassom (Serviço de Assistência à Saúde dos Municipiários). De um lado, a administração quer abrir a porta para o retorno de servidores que pediram - de forma administrativa ou judicial - o fim dos descontos. Do outro, quer autorização para, com aval do Conselho Deliberativo do órgão, instituir a cobrança de co-participação dos dependentes.

As medidas fazem parte de um Projeto de Lei Complementar, encaminhado esta semana para a Câmara. O texto também cria cargos efetivos e de confiança na autarquia. Ele altera uma norma em vigor desde 2023, que proibia funcionários públicos que se retiraram do quadro de beneficiários de pedirem novamente para fazer parte da lista de beneficiários.

O veto ao retorno vinha sendo questionado na Justiça. Em 2025, uma enfermeira chegou a obter decisão favorável ao retorno. Segundo a Secretaria municipal de Comunicação, o Ministério Público também recomendou ao município que criasse um mecanismo que permita a reintegração.

Nos últimos quatro anos, 1,1 mil servidores de Ribeirão Preto pediram para deixar de contribuir com o Sassom. O pagamento mensal pela assistência médica é calculado de acordo com o salário-base da categoria.

Se aprovada pelos vereadores, a proposta também abre a possibilidade de o serviço cobrar co-participação de dependentes diretos. A medida dependeria, no entanto, do aval do Conselho Deliberativo do Sassom e de uma notificação prévia aos segurados, 90 dias antes do início da cobrança. A medida gerou críticas do Sindicato dos Servidores Municipais (leia o texto ao lado).

O projeto tramita nas comissões fixas da Câmara e ainda não tem data prevista para votação em plenário.



Fachada do Sassom, em Ribeirão: volta aos quadros pode ser liberada

### SERVIDORA DERRUBOU VETO COM DECISÃO JUDICIAL

Em maio do ano passado, o TJ-SP (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo) determinou que o Sassom (Serviço de Assistência à Saúde do Municipiários de Ribeirão Preto) reintegre ao seu quadro de beneficiários uma servidora municipal que havia pedido a sua exclusão e o cancelamento dos descontos em 2019.

O advogado Flávio Luiz Zeoti, responsável pela ação, disse que a decisão garantiu segurança à servidora pública e sua família, com a manutenção do atendimento, até a conclusão do processo.

### FILHOS ESPECIAIS DEIXARÃO DE APRESENTAR LAUDO ANUAL

Outra mudança proposta pelo governo Ricardo Silva no Sassom é o fim da obrigatoriedade de apresentação anual de laudos que comprovem a deficiência dos chamados filhos especiais, classificados pelo serviço como dependentes econômicos.

Nesses casos, segundo a proposta apresentada à Câmara, a incapacidade será comprovada por perícia técnica e relatório de visita, ambos realizados pelo próprio Sassom. A definição do período para repetição desses procedimentos ficará a cargo de um médico especialista do serviço municipal.

## Sindicato aponta falta de diálogo

Ao Jornal Ribeirão, o presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, Valdir Avelino, disse que a entidade não foi consultada pela administração antes do envio do projeto à Câmara.

A entidade criticou a proposta que libera a cobrança de co-participação, mesmo que a implementação dependa de aval do Conselho Administrativo.

“Em nenhum momento o projeto, que prevê alterações relevantes e pre-

judiciais aos servidores, foi debatido com o Sindicato. Mais grave ainda, essas mudanças não passaram pelo Conselho Deliberativo, órgão no qual o Sindicato possui representação. Quando tomamos conhecimento da proposta, realizamos uma reunião emergencial com os gestores do SASSOM para buscar esclarecimentos”, disse. O sindicalista, contudo, elogiou a proposta de permitir o retorno dos servidores ao serviço.



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

### FOLGA ESTRATÉGICA

O atual prefeito, Alessandro Maraca (MDB), deve aproveitar a folga de Ricardo Silva (PSD) para, além de encaminhar à Câmara o PL da permuta da área municipal com imóvel do Marista, sem chamamento público, tentar convencer o chefe do Legislativo, Daniel Gobbi (PP), de que se trata de um bom negócio. Caso o PL não avance politicamente neste período, não deverá sair neste ano. Uma audiência pública realizada pela Câmara vai discutir o assunto, com um provável observador do Ministério Público. O prefeito interino, acompanhado do secretário de Governo, Jean Vicente, esteve em visita ao chefe do Legislativo; contudo, o assunto das conversas não foi divulgado.

### SEM LIBERAÇÃO

O empresário Chaim Zaher, dono do Grupo Thathi de Comunicação e do SEB, causou risadas entre os presentes à sabatina com candidatos a deputado federal pela cidade promovida pela emissora de TV. Ao comentar a decisão do professor Cláudio Romualdo (REP) em tentar uma vaga na Câmara Federal, afirmou que também gostaria de tentar o caminho da política. “Mas minha mulher não deixa”, disse ele, entre risadas, numa referência à empresária Adriana Zaher.

### BOA-FÉ?

E por falar em Cláudio Romualdo, o mesmo surpreendeu em um leilão da APAE, em Franca, ao arrematar uma joia rara — um Fusca 1967 com 95% de originalidade — por R\$ 110 mil, e anunciar a devolução do veículo à instituição. O ato, considerado benevolente, gerou questionamentos incisivos de um integrante do Partido Novo de Franca, que indagou se a atitude do pré-candidato a deputado federal estaria em desacordo com normas do TSE. O integrante procurou este colunista após contato com a direção regional do partido.

### PASSIVIDADE SELETIVA

A Câmara Municipal, de modo geral, é passiva quanto ao decoro parlamentar de seus membros. Atua de forma reativa — como sempre ocorreu — e precisa ser provocada. No caso da suposta improbidade do vereador Maurício Vila Abranches (PSDB), envolvendo suposto “caixa dois” com rachadinha no pagamento de franquia de seguro automotivo, a sociedade deve provocar novo processo disciplinar e cobrar explicações do presidente da Comissão de Ética, que, no caso, é a mesma pessoa acusada de burlar a ética. Que fase!

### CUPIM DE FERRO

Vila Abranches é um dos mais enfáticos ao cobrar a Mesa Diretora da Câmara por questionamentos feitos pela imprensa quando se sente importunado — situação já registrada em diversas legislaturas, inclusive com este colunista. A rigor, cabe ao vereador e presidente da Comissão de Ética explicar que o termo “cupim” não se aplica apenas a motores automotivos, podendo, eventualmente, ser interpretado como “cupim em holerites”.

### MARDITA CANA

O vereador do Novo, André Rodini, apressou-se em pedir desculpas pelo uso indevido de vaga destinada a idosos, denunciado nas redes sociais. No entanto, não esclareceu questões relacionadas à falta de decoro diante do Código de Trânsito Brasileiro, como pendências de licenciamento de veículo de sua propriedade, excesso de multas e, em especial, conduta de embriaguez ao volante.

### TIOZÃO DA CÂMARA

“Papai Noel gay da Noruega”; chamar de “pobrice” evento popular, fazer “chifrinho” em colega vereador e pastor são algumas das “realizações” do parlamentar. Agora, soma-se a isso o uso irregular de vaga de idoso e um vereador “bêbado” ao volante. Vale lembrar que Rodini votou favoravelmente para apenas outro vereador envolvido em caso semelhante de embriaguez ao volante. O voto disciplinar de Rodini resultou na suspensão do vereador Bigodini por 180 dias. Vale destacar que Rodini “julgou” Bigodini quando já havia sido pego pela blitz da lei seca. “Rodini x Bigodini” — tudo a ver.

### DE NOVO

Voltaram a circular especulações sobre o pagamento da franquia de seguro do veículo sinistrado pelo vereador Bigodini, envolvido em acidente na Via do Café, que resultou em denúncia criminal e suspensão das atividades parlamentares. Questiona-se se a franquia paga à locadora não teria sido quitada com recursos oriundos de “empréstimo com assessoria”. Será?